Parecer do Comité Económico e Social Europeu — Direito a um ambiente saudável na União Europeia, especialmente no contexto da guerra na Ucrânia

(parecer de iniciativa)

(2023/C 228/02)

Relatora: **Ozlem YILDIRIM**

Decisão da Plenária	27.10.2022
Base jurídica	Artigo 52.º, n.º 2, do Regimento
	Parecer de iniciativa
Competência	Secção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente
Adoção em secção	13.4.2023
Adoção em plenária	27.4.2023
Reunião plenária n.º	578
Resultado da votação	
(votos a favor/votos contra/abstenções)	162/1/1

1. **Conclusões e recomendações**

1.1. Em 23 de junho de 2022, a Ucrânia tornou-se um país candidato à adesão à União Europeia (UE). Quando a Ucrânia aderir à UE, será o maior ou o segundo maior Estado-Membro da UE em termos de território. O vasto território da Ucrânia apresenta diversos ecossistemas; com efeito, de acordo com o secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Ucrânia ocupa 6 % do território da Europa, mas alberga 35 % da sua biodiversidade.

1.2. Entre os danos ambientais causados pela guerra incluem-se a degradação dos ecossistemas, a poluição do ar e da água e a contaminação de terras aráveis e pastagens. De acordo com informações disponíveis, desde o início da guerra, 200 000 hectares de floresta foram afetados por incêndios, 680 000 toneladas de combustíveis fósseis arderam e 180 000 metros cúbicos de solo foram contaminados por munições. A guerra degradou zonas protegidas e destruiu estações de tratamento de águas. O conflito provocou mais de 100 incêndios florestais que libertaram 33 milhões de toneladas de CO_2.

1.3. As ações da Rússia parecem equivaler a um ecocídio, segundo uma definição proposta por peritos jurídicos e publicada em junho de 2021. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) solicitou que o «ecocídio», tal como definido pelo Painel de Peritos Independentes para a Definição Jurídica do Ecocídio, fosse codificado como infração penal ao abrigo do direito da UE. O reconhecimento do crime de ecocídio na Diretiva Criminalidade Ambiental revista conduzirá a avanços legislativos para além das fronteiras da UE, em especial no Tribunal Penal Internacional, que poderão contribuir para responsabilizar, em certa medida, a Rússia pelos danos ambientais e ecológicos causados.

O CESE:

1.4. salienta a necessidade urgente de melhorar a proteção ambiental enquanto direito fundamental dentro e fora da UE; esta necessidade tornou-se ainda mais premente face aos prejuízos ambientais causados pela guerra na Ucrânia, nomeadamente os danos para a saúde física e mental humana, a degradação dos ecossistemas, a poluição do ar e da água e a contaminação de terras aráveis e pastagens, o que ameaça diretamente a produção agrícola e expõe a fragilidade da segurança alimentar mundial;

1.5. chama a atenção para o impacto ambiental e social da invasão russa e para a importância de documentar, inventariar e avaliar essas consequências, reforçar a proteção jurídica do ambiente, garantir a responsabilização, lançar as bases para uma recuperação ecológica e sustentável no pós-guerra e contribuir para a avaliação das necessidades financeiras aquando da reafetação de fundos para a recuperação ecológica, esforços esses que devem ser apoiados;

1.6. insta a Comissão e o Conselho a tomarem medidas para identificar os impactos ambientais negativos da guerra ilegal da Rússia contra a Ucrânia e as suas implicações em matéria de direitos humanos. A Comissão e o Conselho devem apoiar os esforços da sociedade civil para documentar os danos ambientais, incluindo os crimes ambientais, cometidos pela Rússia e apoiar o papel da sociedade civil na reconstrução da Ucrânia;

1.7. insta a UE a ajudar a proteger o ambiente na Ucrânia e a reparar os danos ambientais causados pela guerra. O CESE afirma que todos os esforços de reconstrução devem ser realizados em conformidade com as normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os princípios da condicionalidade social;

1.8. salienta que a saúde humana e a qualidade do ambiente são indissociáveis — a saúde dos ecossistemas, dos animais e das pessoas está interligada — e que cabe à UE salvaguardar este direito. A deterioração do ambiente é a principal causa de problemas de saúde. A poluição sonora, por exemplo, provoca 12 000 mortes por ano. A interligação entre o ambiente e a saúde humana é também particularmente evidente no domínio da segurança alimentar;

1.9. convida a Comissão e o Conselho a reforçarem os métodos de inspeção dos produtos alimentares e agrícolas quando da entrada no mercado único, prestando especial atenção à deteção da poluição ambiental causada pela guerra na Ucrânia, a fim de garantir a saúde de todos os cidadãos europeus e do nosso ambiente;

1.10. sublinha que o direito a um ambiente saudável é vital para o bem-estar social e económico das pessoas na Europa e em todo o mundo. Estima-se que cerca de 40 % dos postos de trabalho a nível mundial dependam de um clima e de um ecossistema saudáveis. À luz do quadro jurídico internacional e desta crua realidade, não é de estranhar que a UE tenha adotado numerosos atos legislativos para dar cumprimento à sua obrigação de garantir o respeito do direito a um ambiente saudável;

1.11. incentiva os Estados-Membros e as instituições europeias a intensificarem os esforços para melhorar a eficácia dos instrumentos jurídicos existentes, uma vez que, na prática, esta é muitas vezes insuficiente. Os numerosos exemplos de processos contra os Estados-Membros ou a própria UE por incumprimento em domínios como o ar limpo, o clima, a pesca ou a água mostram em que medida os poderes públicos não estão a assegurar o respeito por este direito.

2. **Observações gerais**

2.1. *Direito a um ambiente saudável no contexto da guerra da Rússia na Ucrânia e da adesão da Ucrânia à UE*

2.1.1. Em 16 de março de 2022, o Comité de Ministros do Conselho da Europa expulsou a Rússia com efeitos imediatos ([1]). Assim, enquanto a UE se encontrava em plena negociação da sua adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos (a seguir designada por «Convenção»), em 16 de setembro de 2022 a Rússia deixou de estar vinculada por ela, o que reduziu drasticamente o alcance da proteção dos direitos humanos em todo o continente europeu. No entanto, no momento da invasão, e até 16 de setembro de 2022, a Rússia estava vinculada pela Convenção e, apesar de se ter retirado de várias instituições internacionais, o país estava, e continua a estar, sujeito a uma multiplicidade de obrigações internacionais. Essas obrigações dizem respeito não só aos direitos humanos ([2]), mas também ao ambiente: entre as convenções internacionais que a Rússia desrespeitou com a sua agressão, figuram a Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas ([3]) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

2.1.2. É fundamental assegurar a proteção dos direitos humanos e do ambiente no resto da Europa — não só nos 27 Estados-Membros da UE, onde a proteção dos direitos humanos será reforçada pela adesão da UE à Convenção, mas também nos restantes 19 Estados-Membros do Conselho da Europa, incluindo a Ucrânia.

([1]) Cm/Del/Dec (2022) 1431/2.3, «Consequences of the aggression of the Russian Federation against Ukraine» [Consequências da agressão da Federação da Rússia contra a Ucrânia].

([2]) Ver, por exemplo, artigo 11.º, n.º 2, alínea b), do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

([3]) Ver, por exemplo, o artigo 3.º, n.º 5, que estabelece que «as Partes devem cooperar na promoção de um sistema económico internacional, apoiante e aberto, que conduza a um crescimento económico e a um desenvolvimento sustentáveis em todas as Partes».

2.1.3. Este aspeto é tanto mais importante quanto, em 23 de junho de 2022, a Ucrânia se tornou um país candidato à adesão à UE. Quando a Ucrânia aderir à UE, será o maior ou o segundo maior Estado-Membro da UE em termos de território ([4]). O vasto território da Ucrânia apresenta diversos ecossistemas; com efeito, de acordo com o secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica ([5]), a Ucrânia ocupa 6 % do território da Europa, mas alberga 35 % da sua biodiversidade. Além disso, as terras agrícolas do país — cruciais para o abastecimento alimentar a nível mundial — e as suas vastas infraestruturas de combustíveis fósseis — das quais alguns Estados-Membros vizinhos são particularmente dependentes para o seu aprovisionamento energético — foram sujeitas a uma enorme pressão durante o último ano.

2.1.4. As ações da Rússia parecem equivaler a um ecocídio, segundo uma definição proposta por peritos jurídicos e publicada em junho de 2021 ([6]). Desde 2001, o Código Penal ucraniano ([7]) inclui o crime de ecocídio. Paralelamente à Decisão do Parlamento Europeu ([8]), o CESE solicitou que o «ecocídio», tal como definido pelo Painel de Peritos Independentes para a Definição Jurídica do Ecocídio, fosse codificado como infração penal ao abrigo do direito da UE ([9]). O reconhecimento do crime de ecocídio na Diretiva Criminalidade Ambiental revista conduzirá a avanços legislativos para além das fronteiras da UE, em especial no Tribunal Penal Internacional, que poderão contribuir para responsabilizar, em certa medida, a Rússia pelos danos ambientais e ecológicos causados.

2.1.5. Em 19 de janeiro de 2023, o Parlamento Europeu adotou uma resolução que apelava para a criação de um tribunal para o crime de agressão contra a Ucrânia. O CESE manifestou o seu apoio a esta resolução na sua reunião plenária de fevereiro ([10]). O texto da resolução faz duas referências às questões ambientais. Em primeiro lugar, reconhece a ligação entre a guerra e os danos a longo prazo para o ambiente natural e o clima. Em segundo lugar, apela à criação de um registo internacional em que, entre outros aspetos, se inscrevam os danos graves e generalizados ao ambiente natural e ao clima, a fim de ajudar a determinar as reparações futuras pelos danos causados. Neste contexto, é essencial realçar e reforçar a ligação entre os danos ambientais enquanto arma de guerra, bem como julgar estes crimes.

2.1.6. Entre os danos ambientais causados pela guerra incluem-se a degradação dos ecossistemas, a poluição do ar e da água e a contaminação de terras aráveis e pastagens. As fugas de dois gasodutos russos no mar Báltico, por exemplo, podem ter um impacto sem precedentes no clima e noutros aspetos do ambiente ([11]). Desde o início da guerra, 200 000 hectares de floresta foram afetados por incêndios, 680 000 toneladas de combustíveis fósseis arderam e 180 000 metros cúbicos de solo foram contaminados por munições. A guerra degradou zonas protegidas e destruiu estações de tratamento de águas. O perigo é tanto maior quanto a Ucrânia é o segundo país da Europa com mais reatores nucleares (quinze, no total). O conflito provocou mais de 100 incêndios florestais que libertaram 33 milhões de toneladas de CO_2. Os bombardeamentos russos estão a destruir a biodiversidade ucraniana. Os peritos ucranianos estimam os danos ambientais causados pela Rússia em 24 mil milhões de euros.

2.1.7. A guerra na Ucrânia está a suscitar desafios sem precedentes e duradouros ao ambiente. Está também a afetar negativamente a saúde física e mental, a integridade e o bem-estar do povo ucraniano e das suas gerações futuras. Os grupos vulneráveis estão particularmente expostos a estes impactos; há que prestar especial atenção aos efeitos psicológicos da guerra e aos problemas de saúde mental. A guerra está a provocar a contaminação do ar, da água e do solo, bem como poluição sonora, o que afetará as suas vítimas durante gerações. Pode considerar-se que muitos problemas extravasam as fronteiras da Ucrânia, existindo riscos graves para a saúde pública coletiva. É sabido que, tal como os efeitos da guerra, os impactos da degradação ambiental na saúde física e mental, em especial os impactos da contaminação do ar, do solo e da água, são intergeracionais. Não são apenas as crianças que vivem atualmente na Ucrânia ou que dela fugiram que sofrerão os seus impactos; são também as gerações futuras.

2.1.8. Tal torna particularmente pungentes os esforços envidados pelos movimentos e organizações de jovens ucranianos para fazer ouvir a voz da sua geração. É importante que os esforços de reconstrução tenham em conta os seus pontos de vista e opiniões.

([4]) Nenhum Estado-Membro é maior. Entre os atuais países candidatos, apenas a Turquia é maior.
([5]) Convenção sobre a Diversidade Biológica: estratégia e plano de ação nacionais em matéria de biodiversidade.
([6]) Qualquer ato ilícito ou arbitrário cometido com o pleno conhecimento de que o mesmo tem muitas probabilidades de causar danos graves, extensos ou duradouros no ambiente, Fundação Stop Ecocide.
([7]) Código Penal da Ucrânia.
([8]) Decisão de 29 de março de 2023.
([9]) Parecer do CESE — Melhorar a proteção do ambiente através do direito penal (JO C 290 de 29.7.2022, p. 143).
([10]) Resolução do Comité Económico e Social Europeu — Ucrânia: um ano após a invasão russa — A perspetiva da sociedade civil europeia (JO C 146 de 27.4.2023, p. 1).
([11]) «Nord Stream: Russian gas pipe leaks could have an “unprecedented” environmental impact» [Nord Stream: fugas do gasoduto russo podem ter um impacto ambiental «sem precedentes»] | Euronews.

2.1.9. Os danos causados ao nosso ecossistema comum, como a degradação do solo, ameaçam diretamente a produção agrícola futura e expõem a fragilidade da segurança alimentar mundial. Em especial, a atual estrutura do mercado de mercadorias não está a corresponder à «economia sustentável de que necessitamos», nem aos objetivos de desenvolvimento sustentável e de ambição climática e transição justa consagrados na Agenda 2030 da ONU e no Pacto Ecológico Europeu, mas antes dificulta ativamente a sua consecução ([12]).

2.1.10. A sociedade civil desempenhava um papel fundamental na defesa do ambiente na Ucrânia antes da guerra. A guerra veio afetar drasticamente a capacidade da sociedade civil para levar a cabo as suas atividades. Muitos defensores do ambiente tiveram de fugir ou estão a contribuir para os esforços de guerra. Os que ainda estão em condições de agir centram a sua atenção em documentar as consequências que a guerra de agressão da Rússia tem no ambiente ([13]). A sua participação será essencial para reconstruir o ambiente na Ucrânia e garantir que este país adota a legislação ambiental da UE para poder concretizar a adesão à UE.

2.1.11. A proteção do ambiente e os impactos na vida quotidiana e na saúde continuam a ser importantes para os ucranianos. Além disso, de acordo com uma sondagem de opinião, 95,2 % dos inquiridos consideram que restaurar a natureza será importante na reconstrução da Ucrânia após a guerra ([14]).

2.1.12. Com apoio internacional adequado, a destruição pela Rússia das infraestruturas da indústria pesada da Ucrânia poderá ser transformada numa oportunidade para a Ucrânia explorar o seu potencial em matéria de energia solar e eólica e reconstruir de forma mais eficaz e mais ecológica graças a fontes de eletricidade alternativas, em benefício dos seus cidadãos e dos que vivem para além das suas fronteiras, o que reforçaria substancialmente a sua posição nas negociações de adesão à UE.

2.1.13. A situação atual permanece instável. Existem incertezas profundas quanto ao futuro. Para além da dramática catástrofe humana, levantar-se-ão as questões do custo final da reconstrução da Ucrânia e de saber em que medida a Rússia pode ser responsabilizada pelo mesmo. A UE tem um papel importante a desempenhar. Na sua Resolução — A guerra na Ucrânia e o seu impacto económico, social e ambiental ([15]), a par das consequências humanas, o CESE salientou que os impactos ambientais causados pelo conflito, em consequência de bombardeamentos, fugas de petróleo e gás, ou incidentes em fábricas químicas ou centrais nucleares, são motivo de grande preocupação, tanto para a população ucraniana como para a população da UE e do resto do mundo. Estes impactos ambientais terão inevitavelmente consequências duradouras para a saúde humana e os ecossistemas. O impacto ambiental da guerra constitui uma ameaça real para a população: o processo de despoluição pode levar anos, aumentando o risco de cancro, de doenças respiratórias e de atrasos no desenvolvimento das crianças, alertam os peritos das Nações Unidas ([16]). A saúde reprodutiva é outra preocupação. O CESE salientou que a UE deve ajudar a proteger o ambiente na Ucrânia e a reparar os danos ambientais causados pela guerra. O CESE afirma que todos os esforços de reconstrução devem ser realizados em conformidade com as normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os princípios da condicionalidade social. O CESE propôs que a UE responda através de programas como o rescEU ou o LIFE, em coordenação com os mecanismos nacionais, regionais e locais e em cooperação com o setor privado e as organizações não governamentais (ONG).

2.1.14. Embora a guerra ainda esteja em curso, a cooperação transfronteiriça entre as organizações da sociedade civil, os governos e as organizações internacionais é importante para fazer um levantamento dos danos ambientais de natureza transfronteiriça e monitorizar os mesmos, a fim de avaliar a extensão dos prejuízos e as necessidades financeiras, incentivar investimentos e reafetar recursos para a recuperação sustentável e social da Ucrânia. No que se refere ao levantamento, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) apoiou os esforços para melhorar a capacidade de recolha de informações que reflitam o estado do ambiente antes da guerra e que poderiam ser utilizadas como base de referência nos processos de monitorização ([17]).

2.1.15. A Comissão e o Conselho devem apoiar os esforços da sociedade civil para documentar os danos ambientais, incluindo os crimes ambientais, cometidos pela Rússia. Além disso, por forma a dar cumprimento aos direitos humanos, a UE deve assegurar que os seus esforços para apoiar a reconstrução da Ucrânia previnem e atenuam os devastadores impactos ecológicos e ambientais da guerra.

([12]) Parecer do CESE — Crise dos preços dos produtos alimentares: papel da especulação e propostas concretas de ação na sequência da guerra na Ucrânia (JO C 100 de 16.3.2023, p. 51).

([13]) Ver, por exemplo, o trabalho da Ecoaction: «Crimes against the environment after one month of Russia's war against Ukraine» [Crimes contra o ambiente um mês após a guerra da Rússia contra a Ucrânia] — Ecoaction.

([14]) «How the war does change Ukrainians: public opinion poll about the war, the environment, post-war reconstruction and EU accession» [Como a guerra está a mudar os ucranianos: sondagem de opinião sobre a guerra, o ambiente, a reconstrução pós-guerra e a adesão à UE], Centro de Recursos e Análise «Sociedade e Ambiente», 2023.

([15]) JO C 290 de 29.7.2022, p. 1.

([16]) OCDE, julho de 2022, «Environmental impacts of the war in Ukraine and prospects for a green reconstruction» [Consequências ambientais da guerra na Ucrânia e perspetivas para uma reconstrução ecológica] (oecd.org).

([17]) Sistema de Informação Ambiental Partilhada (SEIS) do Instrumento Europeu de Vizinhança.

2.1.16. Os esforços da UE devem assegurar também que a economia da Ucrânia e a economia da UE deixam de depender dos combustíveis fósseis e que os esforços de reconstrução se distanciam das infraestruturas de combustíveis fósseis. Os esforços da UE devem também assegurar que a Ucrânia tem condições para ser um interveniente no sistema alimentar mundial, bem como, tendo em vista a adesão da Ucrânia à UE, permitir que a UE cumpra os seus compromissos ao abrigo do Acordo de Paris e do Acordo de Kunming-Montreal. A UE deve igualmente assegurar que os seus programas de sanções têm um impacto positivo no ambiente. As ONG apelaram, por exemplo, para a utilização de sanções que limitem não só a capacidade da Rússia de prosseguir a sua guerra ilegal, mas também a sua capacidade de tirar proveito da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada ([18]).

2.2. **Obrigação jurídica da UE de proteger o direito a um ambiente saudável**

2.2.1. Em 28 de julho de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução histórica que reconhece o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano ([19]) e que insta as nações, as organizações internacionais, as empresas e todas as outras partes interessadas a intensificarem os esforços para garantir um ambiente limpo, saudável e sustentável para todos. Os 27 Estados-Membros da UE votaram a favor da resolução, ao lado da esmagadora maioria das nações. Fazendo eco do Relatório de informação de 2021 do CESE — A proteção do ambiente como condição prévia para o respeito pelos direitos fundamentais ([20]), a resolução das Nações Unidas reconhece que a degradação ambiental, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a desertificação e o desenvolvimento não sustentável constituem algumas das ameaças mais prementes e graves que pesam sobre a capacidade de as gerações presentes e futuras usufruírem efetivamente de todos os direitos humanos. A resolução apela, nomeadamente, às organizações internacionais como a UE para que melhorem a cooperação internacional, reforcem o desenvolvimento de capacidades e continuem a partilhar boas práticas, a fim de intensificar os esforços para garantir um ambiente limpo, saudável e sustentável para todos.

2.2.2. O direito a um ambiente saudável reconhece a relação fundamental entre o ambiente e a saúde humana. A saúde humana e a qualidade do ambiente são indissociáveis — a saúde dos ecossistemas, dos animais e das pessoas está interligada — e cabe à UE salvaguardar esse direito. A deterioração do ambiente é a principal causa de problemas de saúde. Em 2019, por exemplo, 307 000 mortes prematuras foram atribuídas às partículas finas, 40 400 ao dióxido de azoto e 16 800 à exposição aguda ao ozono ([21]). Como é óbvio, o problema não se limita à qualidade do ar. A poluição sonora, por exemplo, provoca 12 000 mortes por ano ([22]). A interligação entre o ambiente e a saúde humana é também particularmente evidente no domínio da segurança alimentar.

2.2.3. A ordem jurídica da UE está na vanguarda a nível mundial no que diz respeito ao reconhecimento, a nível supranacional, do direito a um ambiente saudável. As disposições do artigo 37.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE (doravante «Carta») e do artigo 11.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) juntam-se a várias outras, nomeadamente do artigo 3.º, n.º 3, e do artigo 21.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia, do artigo 191.º do TFUE ([23]) e da Carta ([24]), que, consideradas em conjunto, representam o reconhecimento do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Por força do artigo 51.º, n.º 1, da Carta, as instituições da União estão sempre sujeitas a esta obrigação e os Estados-Membros estão sujeitos à mesma quando aplicam o direito da União ([25]). O Parlamento Europeu solicitou que «o direito a um ambiente saudável […] [seja] reconhecido na Carta» e que «a UE […] [assuma] a liderança da iniciativa para reconhecer um direito semelhante a nível internacional» ([26]).

2.2.4. Por força do artigo 52.º, n.º 3, da Carta dos Direitos Fundamentais, a UE é igualmente obrigada a respeitar o disposto na Convenção sempre que as disposições da Carta correspondam às da Convenção. Nomeadamente através do direito ao respeito pela vida privada, pela vida familiar e pelo domicílio (artigo 7.º da Carta e artigo 8.º da Convenção), pode considerar-se que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos já reconheceu o direito a um ambiente seguro e saudável ([27]). Tal implica não só obrigações negativas (a obrigação de não prejudicar o direito a um ambiente saudável), mas também

([18]) Agence Europe, *Daily Bulletin* n.º 13014, «Thirteen NGOs call for inclusion of Russian fishing vessels in upcoming EU sanctions against Putin's regime» [Treze ONG apelam à inclusão de navios de pesca russos nas futuras sanções da UE contra o regime de Putin], 6 de setembro de 2022.

([19]) Resolução (A/76/L.75) — Biblioteca Digital das Nações Unidas.

([20]) Relatório de informação do CESE — A proteção do ambiente como condição prévia para o respeito pelos direitos fundamentais.

([21]) Agência Europeia do Ambiente, «Air Quality in Europe 2021: Health impacts of air pollution in Europe» [Qualidade do ar na Europa 2021: impactos da poluição atmosférica na saúde na Europa], 15 de novembro de 2021.

([22]) Agência Europeia do Ambiente, «Health risks caused by environmental noise in Europe» [Riscos para a saúde causados pelo ruído ambiente na Europa], 14 de dezembro de 2020.

([23]) Este artigo define os objetivos da política ambiental da UE.

([24]) Nomeadamente o artigo 2.º (direito à vida), o artigo 3.º (direito à integridade do ser humano), o artigo 35.º (assegurar um elevado nível de saúde humana na definição e execução das políticas e ações da UE) e o artigo 38.º (defesa dos consumidores).

([25]) «As disposições da presente Carta têm por destinatários as instituições, órgãos e organismos da União, na observância do princípio da subsidiariedade, bem como os Estados-Membros, apenas quando apliquem o direito da União.»

([26]) P9_TA(2021)0277, Resolução do Parlamento Europeu — Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 — Trazer a natureza de volta às nossas vidas, ponto 143.

([27]) Irmina Kotiuk, Adam Weiss e Ugo Taddei, *Journal of Human Rights and the Environment*, vol. 13, edição especial, setembro de 2022.

obrigações positivas de tomar medidas, como as relativas à qualidade do ar, a fim de garantir o respeito deste direito ([28]). Estas obrigações tornar-se-ão ainda mais executórias quando a UE aderir à Convenção, como o exige o artigo 6.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia. Fazendo-se eco do Parlamento Europeu, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa apelou à elaboração de um protocolo à Convenção que reconheça expressamente o direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável ([29]). Tal criará um direito executório nos 27 Estados-Membros da UE e nos 19 países terceiros que também são membros do Conselho da Europa.

2.2.5. É também amplamente reconhecido que a UE exerce uma enorme influência na regulamentação ambiental a nível mundial. Vários domínios do direito da UE que afetam o direito a um ambiente saudável — nomeadamente as regras relativas às substâncias tóxicas ao abrigo do Regulamento REACH ([30]) — são casos paradigmáticos do «efeito Bruxelas» ([31]), através do qual as regras da UE se tornam normas mundiais.

2.2.6. O direito a um ambiente saudável é vital para o bem-estar social e económico das pessoas na Europa e em todo o mundo. Estima-se que cerca de 40 % dos postos de trabalho a nível mundial dependam de um clima e de um ecossistema saudáveis ([32]). À luz do quadro jurídico internacional e desta crua realidade, não é de estranhar que a UE tenha adotado numerosos atos legislativos para dar cumprimento à sua obrigação de garantir o respeito do direito a um ambiente saudável. As regras da UE relativas à qualidade do ar ambiente (Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ([33])) são disso um exemplo claro. A advogada-geral Juliane Kokott concluiu que «[a] regulamentação em matéria de qualidade do ar ambiente concretiza, desta forma, os deveres de proteção da União que emanam do direito à vida, consagrado no artigo 2.º, n.º 1, da Carta, bem como do princípio de um elevado nível de proteção do ambiente exigido pelo artigo 3.º, n.º 3, TUE, pelo artigo 37.º da Carta e pelo artigo 191.º, n.º 2, TFUE» ([34]). Para uma proteção máxima da saúde humana, o CESE recomenda o pleno alinhamento das normas da UE em matéria de qualidade do ar com as Orientações globais relativas à qualidade do ar da Organização Mundial da Saúde até 2030.

2.2.7. Os programas de ação da UE em matéria de ambiente — exigidos pelo artigo 192.º, n.º 3, do TFUE — reconhecem cada vez mais um ambiente saudável como um direito. O Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente reconhece expressamente que «[p]rogredir no sentido do reconhecimento do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, conforme estabelecido na Resolução n.º 48/13 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, é uma condição que contribui para a concretização dos objetivos prioritários do 8.º PAA» ([35]).

2.2.8. No entanto, o que muitas vezes falta é eficácia na prática ([36]), pelo que o CESE incentiva todos os Estados-Membros e as instituições europeias a intensificarem os seus esforços para melhorar a eficácia dos instrumentos jurídicos existentes. Os numerosos exemplos de processos contra os Estados-Membros ou a própria UE por incumprimento em domínios como o ar limpo, o clima, a pesca ou a água mostram em que medida os poderes públicos não estão a assegurar o respeito por este direito.

2.2.9. No contexto da guerra da Rússia na Ucrânia e da futura adesão da Ucrânia à UE, é mais importante do que nunca que a União e os seus Estados-Membros deem cumprimento ao direito a um ambiente saudável. Tal significa dar à proteção do ambiente a mesma prioridade que a outros domínios do direito, como a concorrência ou a proteção de dados, em que a UE é um exemplo mundial tanto em teoria como na prática.

([28]) Quanto às obrigações positivas nos termos do artigo 8.º da Convenção (e, por conseguinte, do artigo 7.º da Carta), ver, por exemplo, o acórdão Fadeyeva contra Rússia, pedido n.º 55723/00, acórdão de 9 de junho de 2005.

([29]) Resolução 2396 (2021) — «Anchoring the right to a healthy environment: need for enhanced action by the Council of Europe» [Ancorar o direito a um ambiente saudável: necessidade de uma ação reforçada do Conselho da Europa].

([30]) Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), que cria a Agência Europeia dos Produtos Químicos, que altera a Diretiva 1999/45/CE e revoga o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1488/94 da Comissão, bem como a Diretiva 76/769/CEE do Conselho e as Diretivas 91/155/CEE, 93/67/CEE, 93/105/CE e 2000/21/CE da Comissão (JO L 396 de 30.12.2006, p. 1).

([31]) Anu Bradford, «The Brussels Effect: How the European Union Rules the World» [O efeito Bruxelas: como a União Europeia rege o mundo], Oxford University Press, 2020.

([32]) OIT: «World employment social outlook 2018 — Greening with jobs» [Perspetivas sociais do emprego a nível mundial 2018 — Ecologização com empregos], 2018.

([33]) Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2008, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa (JO L 152 de 11.6.2008, p. 1).

([34]) Processo C-723/17, Craeynest contra Brussels Hoofdstedelijk Gewest, ponto 53.

([35]) Decisão (UE) 2022/591 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de abril de 2022, relativa a um Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente (JO L 114 de 12.4.2022, p. 22).

([36]) Parecer do CESE — Aplicação da legislação ambiental da UE: qualidade do ar, água e resíduos (JO C 110 de 22.3.2019, p. 33).

2.2.10. Ao fazê-lo, a UE tem a oportunidade de reconhecer a natureza intergeracional do direito a um ambiente saudável.

2.2.11. Não é de admirar que os movimentos de jovens se façam ouvir especialmente a favor da proteção do ambiente. Devido aos impactos negativos da degradação ambiental na saúde reprodutiva, a própria existência das gerações futuras está em risco. A UE deve seguir o exemplo dos Estados-Membros que introduziram instituições destinadas a proteger os interesses das gerações futuras. Uma instituição deste tipo a nível da UE contribuiria para garantir que as gerações futuras usufruem dos benefícios sociais e económicos que a proteção do ambiente de hoje trará.

Bruxelas, 27 de abril de 2023.

O Presidente
do Comité Económico e Social Europeu
Oliver RÖPKE